



# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1250, de 2024**, que *"Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	001
Deputada Federal Rosangela Moro (UNIÃO/SP)	002

TOTAL DE EMENDAS: 2





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1250/2024**  
**(à MPV 1250/2024)**

Acrescente-se art. 1º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 1º-1. Cabe ao gestor público dos municípios, cujas famílias receberão o Apoio Financeiro, a fiscalização e o acompanhamento do cadastramento e pela veracidade das informações previstas para aferir a elegibilidade da família.**

**§ 1º O gestor público municipal que descumprir o estabelecido no caput deste artigo incorre no tipo penal previsto no art. 315, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, Código Penal.**

**§ 2º Excepcionalmente, no caso ocorrência da conduta prevista no §1º deste artigo, a pena será ampliada para reclusão de 6 (seis) a 12 (doze) anos.**

**§ 3º Além das penas previstas no §2º, o Gestor Municipal estará sujeito às seguintes sanções, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:**

- I – ressarcimento à União de todos os valores desviados;**
- II – perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio;**
- III – suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos;**
- IV – pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial; e**
- V – proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por até 14 (catorze) anos.”**



Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta à Medida Provisória nº 1.250/2024 busca não apenas ampliar o alcance do Apoio Financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas devido à calamidade pública no Rio Grande do Sul, mas também assegurar a integridade e a eficácia do programa através de medidas rigorosas contra fraudes. Este aprimoramento é crucial para garantir que os recursos destinados à assistência das famílias mais afetadas sejam utilizados de maneira efetiva e transparente.

A emenda introduz normas severas para a fiscalização e responsabilização dos envolvidos na gestão e distribuição deste apoio. Ao especificar penalidades para a inserção de dados falsos por servidores públicos e a negligência dos gestores municipais na verificação dessas informações, a emenda responde a uma necessidade premente de transparência e responsabilidade na administração de fundos públicos.

A proposta impõe consequências legais graves para a conduta fraudulenta, aumentando as penas e introduzindo sanções adicionais para aqueles que comprometem a integridade do processo. Estas medidas são essenciais para desencorajar e penalizar severamente qualquer tentativa de manipulação ou desvio dos recursos destinados à assistência das vítimas de calamidades. Além disso, as sanções administrativas e civis reforçam o compromisso do Estado com a gestão ética e eficiente dos recursos, assegurando que os gestores públicos atuem com o maior grau de integridade e diligência.

Essa abordagem para o fortalecimento das medidas de fiscalização e penalização é projetada para garantir que o Apoio Financeiro alcance seu objetivo primordial: oferecer alívio e suporte às famílias desalojadas ou desabrigadas, enquanto mantém a integridade e eficácia do programa no uso dos recursos públicos.



Deste modo, urge aos nobres parlamentares a aprovação desta emenda, reforçando nosso compromisso não apenas com a recuperação das famílias afetadas, mas também com a prudência, responsabilidade e transparência na gestão dos recursos que a elas são destinados.

Sala da comissão, 7 de agosto de 2024.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**





CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1250/2024**  
**(à MPV 1250/2024)**

Acrescente-se parágrafo único ao art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

**Parágrafo único.** Na concessão do apoio financeiro de que trata essa Lei será dada prioridade às famílias de baixa renda, que possuam pessoas com deficiência dentre os seus integrantes.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A recente catástrofe a havida no Rio Grande do Sul, que acompanhamos na TV, rádio, portais de notícias e redes sociais, não deixa dúvidas sobre o impacto real da crise climática em todo o mundo.

Embora passados alguns meses, ainda cabe o debate sobre a melhor forma de auxiliar nossos cidadãos que foram duramente afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Diante dessa calamidade, é nosso dever agir com eficiência, sensibilidade e justiça. Nesse contexto, quero destacar a importância de priorizarmos as pessoas com deficiência na concessão do Auxílio Reconstrução.

As pessoas com deficiência enfrentam desafios únicos e, em situações de emergência, esses desafios se agravam significativamente. A acessibilidade a abrigos, o acesso a recursos de emergência e até a simples mobilidade tornam-se questões críticas. Muitos desses indivíduos dependem de equipamentos e medicamentos específicos que podem ser danificados ou perdidos em desastres naturais, colocando suas vidas em risco imediato.



Além disso, as dificuldades econômicas que todos enfrentamos após uma tragédia como esta são ainda mais severas para quem já lida com limitações físicas ou sensoriais. Muitos desses cidadãos têm renda limitada, e a destruição de suas casas e a perda de bens materiais os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Priorizar as pessoas com deficiência não é apenas uma questão de justiça social, mas também de garantir que os auxílios sejam distribuídos de maneira a atender quem mais precisa. Se não dermos atenção especial a essa parcela da população, corremos o risco de perpetuar a exclusão e aumentar as desigualdades.

Portanto, é crucial que a concessão do Auxílio Reconstrução considere as necessidades específicas dessas pessoas, garantindo que recebam apoio de forma prioritária e adequada. Só assim poderemos dizer que estamos realmente cuidando de todos os nossos cidadãos, sem deixar ninguém para trás.

Por isso, pedimos aos pares apoio na aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 8 de agosto de 2024.

**Deputada Rosângela Moro**  
**(UNIÃO - SP)**

